

XIV CONGRESSO DA REDE

Paulo Freire

Por uma Educação Democrática, Libertária e Classista

**CADERNO DE
RESOLUÇÕES APROVADAS
NO XIV CONGRESSO DA REDE**



*Sindicato dos Trabalhadores em Educação
da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte*

Balanço da Diretoria Colegiada do Sind-REDE/BH – Unificado da Diretoria

Balanço da Diretoria Colegiada período 2022 a 2024

Este balanço diz respeito à atual gestão da Diretoria Colegiada do Sind-REDE/BH (2022-2024). Mas antes de ir a ele, fazemos aqui uma breve consideração à gestão anterior. Inicialmente no que diz respeito à política que implementou no período da quarentena da pandemia da Covid-19 (2020-2021). Essa gestão foi capaz de garantir o funcionamento do Sindicato, sua comunicação com a base, a intervenção política frente a maior pandemia que a humanidade enfrentou nos últimos anos. Garantindo a realização de plenárias de representantes, seminários e assembleias, *lives*, no formato virtual. Como também ofereceu política pública para a comunidade escolar da rede municipal que se deparou com o necessário fechamento das escolas, em um momento que a PBH se encontrou perdida em como oferecer ensino remoto emergencial aos estudantes. Aquela direção sindical também produziu enfrentamento com a PBH e os setores conservadores da cidade que reivindicaram a abertura das escolas sem a devida vacinação da população e dos trabalhadores em educação, inclusive promovendo uma greve sanitária contra a abertura das escolas da Educação Infantil (abril de 2021). E para fechar esse balanço resumido da gestão anterior, esta foi capaz de empreender uma greve contra a destruição da carreira da educação, que foi capaz de diminuir danos, pois estabeleceu uma diferenciação de 4 níveis entre a entrada com Ensino Médio (nível 8) com o Ensino superior (nível 12), e ainda aumentou dois níveis ao final da carreira, níveis 27 e 28. Houve uma grande contradição que foi a não garantia da paridade entre pessoal da ativa e aposentados. Este último ficou de fora dos 2 níveis que compuseram o índice do PNM, proporcional à jornada, além da alteração da proporção entre os níveis de início e fim da carreira. Esta foi a resultante da correlação estabelecida pela força de nossa greve naquele período. A atual gestão da Diretoria Colegiada, iniciada em julho de 2022 (até dezembro de 2024), é composta pelos coletivos Fortalecer, Unidos pela Rede e Esperançar. Em que pese as diferenças políticas que diferenciam cada coletivo que compõem a atual gestão, o balanço é muito positivo a partir da unidade de intervenção que se construiu pelos coletivos ao longo da gestão. Houve três grandes enfrentamentos contra a PBH, os quais a direção do Sind-REDE/BH soube enfrentá-los de forma unitária. O primeiro foi o PL 434/22 e PELO 05/22 da reforma da previdência dos servidores municipais de BH, no final do ano de 2022. O governo Fuad tentou, por meio de projeto de lei na Câmara, fazer alterações na legislação previdenciária do município que prejudicariam os servidores em relação aos seus direitos de aposentadoria. Em resposta houve mobilização dos servidores de conjunto, com destaque na ação contundente de nosso sindicato que mobilizou as suas bases e pudemos fazer movimento com grande participação da categoria. A segunda intervenção tem a ver com a greve conjunta com o Sindibel, pelo reajuste da inflação do período anterior (2021). A PBH apresentou índices parcelados e a greve, a partir da correlação de força que teve, foi capaz de unificar os índices em uma única parcela de 5,93%, é pouco, mas se não nos mobilizássemos não teríamos o reajuste da forma que foi. O terceiro episódio de destaque foi a mobilização contra o Processo Seletivo Simplificado, PSS, de professores que a SMED, sob o comando do então

secretário de educação, Charles Diniz, tentou implantar na Rede. A movimentação foi tão forte contra essa proposta que o tal secretário, no mesmo instante que votávamos em assembleia lotada na Praça da Estação o indicativo de greve, caso a proposta desse prosseguimento, o secretário pediu exoneração. Além da compreensão da categoria sobre os malefícios de tais política, fator determinante para o nosso êxito, o fato da diretoria do Sind-REDE/BH ter definido linha unitária para essas lutas foi fundamental para passar confiança para os trabalhadores. Temos uma nítida percepção dos limites da diretoria do sindicato, das dificuldades em relação ao trabalho de base, dado o número exíguo de liberados (10) na relação com o número de escolas (330), dentre outros aspectos da atividade sindical, mas é importante reconhecer os avanços que se apresentam e um deles tem a ver com o fato do esforço da diretoria em construir unidade para potencializar a luta da categoria. No momento em que estamos realizando este congresso, estamos construindo a nossa campanha salarial para 2024, construir esse processo de forma unitária será muito importante para termos força a fim de avançar em uma política salarial que estabeleça o Piso Nacional do Magistério enquanto eixo de nossa valorização e a defesa de nossa carreira.

CADERNO DE RESOLUÇÕES APROVADAS NO XIV CONGRESSO DA REDE

CONJUNTURA, PLANO DE LUTAS E MUDANÇAS ESTATUTÁRIAS CONJUNTURA INTERNACIONAL

1. Declarar total apoio à resistência e luta do povo palestino contra a ofensiva genocida e colonizadora do Estado de Israel;
2. Ser parte das organizações que exigem o fim dos ataques militares à faixa de Gaza;
3. Defender a liberdade e o direito dos palestinos ao seu próprio território;
4. Exigir dos governos dos diversos países do mundo e do Brasil, o rompimento das relações comerciais e diplomáticas com Israel;
5. Em defesa do Estado Palestino laico e soberano;
6. Colocar-se do lado do povo Ucrâniano neste conflito, que não se confunde com o apoio ao governo ucraniano;
7. Defendemos o fim do genocídio em Gaza e o cessar fogo imediato. Somos pela extinção da OTAN e a retirada dos seus mísseis dos países do Leste Europeu;
8. Defendemos o fim da guerra e a retirada das tropas russas e de outros países na Ucrânia. O princípio que nos orienta é o da autodeterminação dos povos, na perspectiva do internacionalismo e do fim das fronteiras nacionais, em sua maioria construções arbitrárias. Mas isso só pode ser alcançado quando o povo se livrar do jugo do capital, com as decisões sobre fronteiras e nacionalidades tomadas de forma democrática e voluntária, respeitando as diversas culturas, etnias e populações tradicionais.

CONJUNTURA NACIONAL INDEPENDÊNCIA EM RELAÇÃO AOS GOVERNOS

9. Reafirmar a independência em relação ao governo Lula. Essa independência se concretiza se comprometendo com as reivindicações imediatas e históricas da classe trabalhadora, organizando as lutas e movimentos para pressionar o governo a atender aos trabalhadores;
10. Buscar construir sempre a necessária unidade com o conjunto dos movimentos sociais para lutar para barrar os ataques dos governos e para avançar em nossos direitos essenciais;
11. Denunciar todas as medidas de retiradas de direitos e ataques proferidos aos trabalhadores, povos originários e comunidades tradicionais;

12. Seguir nas lutas pela recuperação e conquista de novos direitos, ampliando-os para toda a classe trabalhadora; o combate à extrema-direita, face mais violenta do capitalismo, representada no Brasil pelo bolsonarismo; e a apresentação de uma alternativa programática que articule demandas populares imediatas com a perspectiva de superação do capitalismo, preparando a classe trabalhadora para a luta pelo poder político e o socialismo.

CONTRA REFORMAS TRABALHISTAS, DA PREVIDÊNCIA E ADMINISTRATIVAS

13. Ser parte ativa da luta pela revogação da “contra” reforma trabalhista realizada no governo Temer e por todas as legislações anteriores que serviram para precarizar e desregular as relações de trabalho além de fragilizarem a atuação das entidades sindicais;

14. Ser parte ativa na luta pela revogação das “contra” reformas da previdência, a começar pela última delas realizada pelo governo Bolsonaro, EC103/2019, e pelo fortalecimento de uma previdência pública e estatal;

15. As “contra” reformas realizadas por Estados e Municípios na esteira da federal também devem ser revogadas;

16. Ser parte efetiva na luta pela não aprovação da PEC 38/2023, que pretende incluir Estados e Municípios, que ainda não realizaram suas próprias alterações na legislação previdenciária, sejam enquadrados no mesmo critério da legislação federal, EC103/2019;

17. Unidade para barrar a PEC 32 que visa exclusivamente retirar direitos dos servidores públicos e lutar contra qualquer tipo de “contra” reforma administrativa, que representem retirada ou ameaça de retirada de direitos dos servidores públicos e maior precarização dos serviços públicos;

18. Lutar para que o ingresso e a prestação de serviços públicos se deem exclusivamente por concurso público;

19. Lutar contra a terceirização e todo tipo de contrato precário de trabalho. Lutar pela construção de uma regulamentação provisória, que garanta o emprego dos trabalhadores dos serviços públicos terceirizados e com contratos precários, desde que não tenham salários superiores à média dos trabalhadores que exercem a mesma função e não estejam ocupando cargos de “chefia” e ou comissionados. Esta regulamentação deve ter o caráter transicional;

20. Lutar para o fortalecimento da fiscalização e proibição de todo trabalho escravo. Que haja a estatização das empresas que demitem em massa e executarem trabalho escravo.

LIMITE DE GASTOS, ARRECAÇÃO DO ESTADO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA/RIQUEZA

21. Lutar pela revogação de todas as legislações que restringem os investimentos em áreas sociais nas três esferas federativas: Lei de Responsabilidade Fiscal, Arcabouço Fiscal, Regime de Recuperação Fiscal, dentre outras;
22. Lutar contra toda legislação de desoneração de atividades econômicas vinculadas aos “grandes negócios”, grandes indústrias e empresas, sistema financeiro, atividades extrativas, agronegócio, etc. A exemplo da Lei Kandir e a atividade Mineradora;
23. Lutar contra as legislações aprovadas nas três esferas que permitem perdão de dívidas e desonerações de empresas, a exemplo do que foi feito recentemente em Minas Gerais com a aprovação da desoneração das locadoras de automóveis;
24. Lutar pela correção inflacionária da tabela do Imposto de Renda, defasada em aproximadamente 147%;
25. Defesa de uma reforma tributária, que realize o reajuste da tabela do Imposto de Renda; isenção para quem ganha até 10 (dez) salários mínimos; taxação dividendos pagos pelas empresas a seus acionistas e aumento dos impostos das grandes fortunas; mudança na lógica tributária que sobretaxa o consumo;
26. Lutar pela suspensão do pagamento da dívida pública e realização de uma auditoria imediatamente;
27. Reestatização do Sistema financeiro privatizado;
28. Ampliação da vinculação de receitas para saúde, educação;
29. Definição de vinculação de receita para áreas como transporte, organização urbana (habitação, moradia, saneamento, revitalização ambiental).

MARCO TEMPORAL E DEFESA DOS POVOS INDÍGENAS E DEMAIS POVOS DA FLORESTA

30. Exigir do governo e do Congresso Nacional que a Lei 490/2007, do Marco Temporal, seja revogada;
31. Exigir a demarcação imediata das terras indígenas, inclusive para a população indígena desterritorializada;
32. Exigir que o Estado fiscalize e puna os invasores de terras indígenas.

PRIVATIZAÇÕES

33. Exigir a anulação da privatização e a reestatização de empresas como a Vale, Eletrobrás, Metrô de BH, Refinarias da Petrobrás, BR distribuidora, etc.;

34. Lutar e denunciar o efeito das concessões públicas e Parcerias Público Privadas, PPPs, no gerenciamento de atividades de exploração e de prestação de serviços;

35. Lutar para que as empresas públicas a exemplo da Petrobras e Cemig sejam 100% estatais;

36. Exigir que as empresas estatais sejam comandadas por um corpo técnico concursado e controlado por um conselho de trabalhadores e usuários. E que as mesmas tenham como função fomentar o desenvolvimento e garantir a prestação de serviço para a população e não a geração de lucro;

37. Exigir o fim dos recursos públicos para a iniciativa privada realização de serviços a exemplo da saúde e educação.

DEFESA DAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS/ DESENCARCERAMENTO- DESMILITARIZAÇÃO/ APARATO LEGAL REPRESSIVO

38. Participar das lutas pelo julgamento e prisão de militares assassinos e torturadores. Pelo julgamento, inclusive, daqueles que não estão vivos;

39. Pela revogação imediata do artigo 142 da Constituição de 1988;

40. Defesa das liberdades democráticas e das condições de luta e mobilização dos trabalhadores. Ampla unidade contra qualquer saída autoritária, investigação e punição contra movimentos golpistas. Sem anistia aos golpistas. Investigação, cadeia aos financiadores dos atos golpistas! Prisão para Bolsonaro e todos os seus aliados golpistas;

41. Lutar contra a redução da maioria penal;

42. Lutar pela proibição da privatização do sistema prisional;

43. Aprofundar o debate na categoria sobre a luta contra a criminalização e pela legalização das drogas;

44. Lutar por uma ampla campanha de esclarecimento das consequências do consumo de drogas e pela garantia de atendimento público de saúde aos dependentes químicos;

45. Lutar pela transformação das unidades socioeducativas\prisões em lugares de acolhida, apoio e oportunidade para jovens infratores e adultos egressos;

46. Ser a favor da desmilitarização das polícias do país;

47. Lutar pela revogação da Lei Antiterrorismo (13.260/2016), Lei Antidrogas (11.346/2006);

48. Se posicionar de forma contrária ao uso da Garantia da Lei e da Ordem, GLO;

49. Combinar a luta para derrotar a extrema-direita, que passa por defender o governo de ataques fascistas e antidemocráticos, com o combate à direita tradicional e ao Centrão. Os movimentos sociais devem ter uma postura firme em defesa do povo trabalhador, não aceitando medidas que lhes tirem ou restrinjam direitos.

MEIO AMBIENTE

50. É urgente o enfrentamento aos grandes oligopólios nacionais e mundiais do agronegócio, da mineração, da indústria madeireira, das energias predatórias, dentre outros, para frearmos as consequências nefastas da crise ambiental. É preciso travar lutas imediatas pela redução drástica dos gases do efeito estufa e o uso de combustíveis fósseis, com uma transição energética justa, priorizando o uso de fontes renováveis e o uso de sistemas alimentares agroecológicos, possíveis a partir de abrangentes reformas agrária e urbana;

51. O socialismo deve ser posto como um dos nossos principais horizontes estratégicos, em contrapartida ao imperialismo e ao capitalismo verde, que tenta nos convencer que é possível conciliar a exploração predatória da natureza com a preservação do planeta.

CONJUNTURA ESTADUAL

52. Reafirmar nossa participação nas iniciativas de enfrentamento ao Governo Zema e seu projeto de privatizações, retirada de direitos, ataque às entidades sindicais e devastação ambiental, com destaque para aquelas articuladas pela Frente Mineira em Defesa dos Serviços Públicos e do Comitê Fora Zema.

CONTRA AS REFORMAS TRABALHISTAS, DA PREVIDÊNCIA E ADMINISTRATIVAS

53. Ser parte ativa da luta Contra o Regime de Recuperação Fiscal, RRF, do governo Zema, Projeto de Lei 1202/2019, que ataca os servidores públicos impondo congelamento dos salários por 9 anos, e acelera o processo de destruição dos serviços públicos no estado;

54. Ser parte da luta pela revogação da “contra” reforma administrativa (Lei 24.313/23) e da previdência (Lei Complementar 156) de Zema.

PRIVATIZAÇÕES

55. Ser parte da luta efetiva Contra a PEC 24/2023 que retira a exigência de referendo popular para a desestatização de empresa de propriedade do Estado prestadora de serviço público de distribuição de gás canalizado, de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica ou de saneamento básico, para fins de privatização de empresas estatais (CEMIG, a COPASA e a CODEMIG) responsáveis pela prestação de serviços básicos sem a exigência de um referendo popular;

56. Ser parte da elaboração e implantação do plebiscito popular contra as privatizações em Minas Gerais;

57. Ser parte da luta contra o Rodoanel;

58. Defender outro modal de transporte público, como transporte sobre trilhos e outras propostas alternativas para o anel rodoviário.

CONJUNTURA MUNICIPAL

59. Considerando que a gestão Kalil/Fuad tem agido permanentemente contra os interesses da classe trabalhadora de Belo Horizonte. Que em relação a educação tem apostado em uma política privatista de desrespeito aos trabalhadores em exercício e aposentados, é importante reafirmar a posição de independência e enfrentamento a este governo;

60. Lutar pela revogação da “contra” reforma administrativa realizada pela prefeitura de Belo Horizonte;

61. Lutar contra a possibilidade de nova reforma da previdência em BH;

62. Isonomia salarial entre profissionais com curso superior da PBH;

63. Criação e manutenção de postos de trabalho compatíveis com as limitações das pessoas reabilitadas e trabalhadores com deficiência;

64. Fim da TEG Saúde (Gestão de Saúde Corporativa);

65. O Sind-REDE/BH, orientado pelos fóruns da categoria nunca se furtou de realizar o debate em torno das eleições Nacional, Estadual e Municipal. Nas eleições de 2024 não deve ser diferente, a entidade deve apresentar aos candidatos e partidos com representação nas lutas e organizações da classe trabalhadora seu programa, afim de que suas propostas sejam incorporadas pelos candidatos que defendem os direitos de uma educação pública de qualidade e um conjunto de propostas e ideias que possam de fato emancipar a classe trabalhadora. O crescimento da Ultra Direita no país e em especial em Belo Horizonte, onde Bolsonaro venceu as eleições, figuras com Nikolas e Bruno Engler não podem ser subestimados, pois tiveram e tem grande expressão. Dessa forma, a entidade deve chamar a construção de uma unidade na luta e na disputa eleitoral em torno do programa construído neste congresso, divulgando no primeiro turno das eleições as candidaturas que assumam compromisso com esse programa. Tendo segundo turno, caso haja uma ameaça de vitória da ultradireita a categoria deve ser convocada para discutir um posicionamento, assim como se deu nas eleições presidenciais de 2022;

66. Que a Diretoria Colegiada seja parte atuante do processo de eleição dos conselheiros tutelares, apoiando candidaturas comprometidas com o ECA e educação pública de qualidade.

PLANO DE LUTAS

67. Opor-se a toda medida neoliberal que ataca os direitos da classe trabalhadora;

68. Sem risco de qualquer secundarização da luta específica, atuar para promover a mais ampla unidade de enfrentamento contra setores da ultradireita e contra políticas governamentais que retire direitos;
69. Impulsionar e priorizar a luta direta como estratégia privilegiada de conquistas da nossa classe;
70. Sustentar mobilização permanente pela revogação das medidas legais e infralegais dos governos anteriores e das privatizações de setores estratégicos; contra as propostas do grande capital e em defesa de medidas populares e democráticas combatidas pela extrema-direita;
71. Participar ativamente das mobilizações nacionais organizadas pelas Centrais Sindicais que envolvam a luta contra as contrarreformas trabalhista, previdenciária e em defesa dos serviços públicos, com independência em relação aos governos, dentre elas a Marcha dos Trabalhadores a Brasília, a ser realizada no primeiro semestre de 2024;
72. Participar das iniciativas de enfrentamento ao Governo Zema e seu projeto de privatizações, retirada de direitos, ataque às entidades sindicais e devastação ambiental, com destaque para as articuladas pela Frente Mineira em Defesa dos Serviços Públicos e do Comitê Fora Zema!;
73. Envidar os máximos esforços para o debate sobre a necessidade de unidade política contra a extrema-direita nas eleições municipais de 2024, promovendo debates e articulações com as candidaturas que defendem os interesses da nossa categoria e do conjunto da classe trabalhadora, tanto no legislativo como no executivo;
74. Protagonizar e investir esforço militante na construção de um novo ciclo de organização do conjunto da classe trabalhadora, incluindo a juventude e demais setores oprimidos da classe;
75. Reafirmar o princípio de solidariedade de classe do Sind-REDE/BH com o conjunto dos movimentos sociais do país e do mundo;
76. Seguir apoiando com notas e declarações públicas os movimentos que se alinham com os princípios políticos dos trabalhadores em educação da Rede;
77. Promover a articulação do Sind-REDE/BH com os movimentos sociais da cidade e com as comunidades escolares, que estejam no campo da luta social, na luta em defesa dos serviços públicos de qualidade, quanto também pela valorização dos servidores, apoiando todas as demandas sociais e denunciando o governo municipal, bem como os demais governos que retiram direitos;
78. Defendemos para este XIV Congresso do Sind-REDE/BH a filiação do Sind-REDE/BH à CNTE;

79. Que a Diretoria Colegiada, por meio de seu departamento de Formação Pedagógica, Cultural e Sindical, busque junto a base da categoria grupos de pessoas para a realização de atividades festivas e culturais ao longo do ano.

MUNICIPAL: CAMPANHA SALARIAL/ EDUCACIONAL 2024

80. Intensificar a organização da campanha de 2024 a partir de 2023, com campanha de denúncia junto à comunidade das políticas adotadas por Fuad;

81. Intensificar o debate junto a categoria sobre a organização do movimento em 2024.

MUDANÇAS ESTATUTÁRIAS

82. Sobre o departamento Cultural defendemos:

Proposição

Art. 34° - A Diretoria Colegiada será constituída por 24 (vinte e quatro) diretores efetivos e 6 (seis) suplentes, distribuídos nos seguintes departamentos:

IV - Formação Pedagógica, Cultural e Sindical;

Art. 42° - Compete ao Departamento de Formação Pedagógica, Cultural e Sindical:

VI – Propor e organizar a realização de simpósios, seminários e cursos, congressos e outras atividades culturais e educacionais; sobre a organização dos coletivos

Art. 26° - A assembleia geral de segmento de trabalhadores em educação poderá ser convocada: a) pela Assembleia geral dos trabalhadores em educação; b) pela Diretoria Colegiada. c) pela maioria simples da Plenária de Representantes;

§3°: Coletivos de Trabalhadores em Educação poderão ser criados pela Assembleia Geral de segmento que atuarão em regime de colaboração direta com a Diretoria Colegiada.

Destacada: aprovação com a superação de “e terão natureza consultiva”; para avaliação da resolução no XV Congresso da Rede;

83. Acrescentar ao Art. 9

Inciso 5: Que vier a falecer

Inciso 6: Que estiver inadimplente com a entidade um período superior a 3 meses, tendo sido notificado pela entidade.

Alínea 1: Em caso de inadimplência, o sócio poderá solicitar à entidade proposta de negociação para regularização do débito e da contribuição;

84. Referendar a assembleia extraordinária (2022) que definiu pela liberação sindical de trabalhadores terceirizados, diretores do sindicato, com ônus para o Sind-REDE.

POLÍTICA DE INCLUSÃO DA RMBH

85. Defesa de termos professor de Educação Especial na classe comum para garantir apoio pedagógico especializado aos estudantes da rede pública municipal. Garantia de respaldo aos professores para o desenvolvimento de uma prática pedagógica inclusiva;

86. Lutar para ter número reduzido de estudantes em sala em que houver estudantes que requerem apoio pedagógico especializado;

87. A garantia de acessibilidade a todos os trabalhadores com deficiência da Rede;
88. Manutenção das Escolas Especiais em tempo integral que cumprem hoje o papel social de cuidado de jovens que não estão mais na idade escolar até avançarmos que a cidade ofereça a esses jovens espaços sociais e de inserção no trabalho;
89. Lutar por uma política de intersetorialidade que faça o atendimento da saúde física, motora e psicológica, além do atendimento social das crianças e adolescentes com deficiências, das suas famílias e das demais crianças que possam necessitar nas escolas;
90. Adequação de todos os editais dos concursos públicos para a educação respeitando as Leis de cotas para Pessoas Com Deficiência (PCD) e as cotas raciais;
91. Organização de todo o processo visando garantir ao candidato com deficiência o direito a concorrer a vaga e de ser acompanhado;
92. Efetivação da equipe multiprofissional para garantir a igualdade de condições aos candidatos com deficiência em relação aos demais sem deficiência;
93. Política inclusiva e acessível que valorize os trabalhadores com deficiência na Rede;
94. Toda a materialidade e condições de trabalho para os candidatos PCD aprovados na Rede Municipal de BH.

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

95. Concurso único para professores municipais e professores para a educação infantil, visando a unificação da carreira;
96. Ampliação do atendimento das crianças na rede própria de Educação Infantil com o retorno dos berçários nas EMEl e o atendimento das crianças de 0 a 5 anos;
97. Atendimento em horário integral para todas as crianças da Educação Infantil de 0 a 5 anos na rede própria garantindo estrutura adequada para tal;
98. Garantia do atendimento realizado por professores em todo o horário de atendimento dos alunos na Educação Infantil, com retorno da lotação no horário intermediário;
99. A diminuição da razão professor-aluno;
100. Contra as turmas flexíveis;
101. Pelo retorno do controle das matrículas pelo município;
102. Que o extraclasse seja definido de acordo com a autonomia do coletivo das EMEl e escolas quanto ao formato, se dentro ou fora da escola.

ESCOLA INTEGRAL

OBS.: Todas as resoluções sobre essa temática foram remetidas para o seminário a se realizar no primeiro semestre de 2024 que discutirá sobre o temário.

103. Lutar e participar da transição da Escola Integrada para escola Tempo Integral junto com o Conselho Municipal de Educação envolvendo profissionais devidamente habilitados e concursados e com diversidade curricular na educação infantil e ensino fundamental;

x

103. Lutar para avançar da Escola Integrada para a escola em Tempo Integral a partir das discussões realizadas pela categoria em seminário específico sobre o tema. Posteriormente, discutir com toda a comunidade escolar;

104. Ser parte da luta para a implantação de um projeto de formação técnica e profissional dos estudantes do Ensino Médio do Estado que lhes dê possibilidades de oportunidades e que não seja a formação precarizada que hoje é oferecida nos moldes do Novo Ensino Médio, e sim, com professores qualificados, licenciados e concursados;

105. Ser parte da luta contra a evasão escolar do Ensino Médio Integral garantido bolsas para que os estudantes do Novo Ensino Médio que necessitam trabalhar se mantenham na escola;

Manutenção com alteração X supressão

106. Lutar para que haja espaços adequados para o atendimento em Tempo Integral, com a participação no planejamento e fiscalização das obras por parte de um grupo formado por trabalhadores e membros das comunidades escolares dentro das garantias legais;

x

106. Lutar para que haja espaços adequados às atividades e ao número de estudantes para o atendimento em Tempo Integral, com fiscalização das obras por parte de um grupo formado por trabalhadores e membros das comunidades escolares;

107. Lutar pela implementação da escola integral nas escolas onde houve redução de turmas e não fluxo de estudantes para as mesmas;

108. Lutar para que haja um processo de transição e que os atuais trabalhadores da escola integrada possam continuar no trabalho apoiando as atividades existentes.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

109. Lutar pela volta da lotação das/os professores na EJA;

110. Promover Seminários, Cursos, Grupos de Estudos para avançar na política educacional que pleiteamos para a Rede Municipal incluindo os desafios da escola de Tempo Integral, escola para a infância, adolescência e juventude (em sua diversidade sociocultural) e EJA;

111. Manter e ampliar o coletivo da EJA;
112. Organizar o quadro de professoras/res para distribuição real do 1.6 ou 1.7 entre a equipe docente da EJA;
113. Desenvolver atividades de formação voltadas para equipe pedagógica que trabalha na EJA, de forma descentralizada;
114. Realizar atividades com estudantes da EJA que possibilitem a incorporação de experiências comunitárias;
115. Conhecer, acompanhar e fiscalizar cursos e oficinas oferecidas aos estudantes da EJA, durante todo o ano letivo;
116. Criar grupos de profissionais e estudantes da EJA para trocas de experiências, rodas de conversa, dentre outros, a partir de temas de interesse dos/as alunos/as de forma regionalizada;
117. Elaborar distribuir material pedagógico elaborado pelo conjunto de professores das escolas, a ser utilizado em sala, pelas turmas da EJA;
118. Exigir e garantir que a PBH faça propaganda para induzir matrículas de estudantes da EJA, que seja semestral e de amplo alcance;
119. Garantir a manutenção da lotação dos/as professores pessoas que já trabalham na EJA;
120. Promover encontro municipal de estudantes de EJA com mostras e trocas de experiências para fortalecer esta modalidade;
121. Respeitar as especificidades dos tempos da EJA mantendo as matrículas durante todo ano letivo. O desligamento só ocorrerá por manifestação, por escrito, do estudante;
122. Criar e manter turmas de EJA, de acordo com as necessidades das escolas, independentemente do número de alunos/as matriculados/as.

TERCEIRIZAÇÃO EM BH

123. Consideramos um acerto histórico do Sind-REDE-BH a busca por representar o conjunto dos trabalhadores em educação do município. Avaliamos que tal representação é um importante avanço qualitativo para a organização destas trabalhadoras e trabalhadores que são, indiscutivelmente, os mais precarizados e invisibilizados no interior das escolas. Neste sentido, a tarefa da formação tanto da direção quanto da base para o envolvimento das lutas do setor deve ser um esforço contínuo;

124. Cobrar do Município que assuma o seu papel como responsável pela garantia do direito à educação pública, gratuita e de qualidade para todos, realizando Concurso Público para as todas as funções desempenhadas nas escolas Municipais de Belo Horizonte;

125. Que todos trabalhadores que hoje trabalham na Escolas Municipais de Belo Horizonte e constroem a Educação realizando atividades nas funções de Auxiliar de Apoio ao Educando, Artífice, Cantineira, Mecanógrafas, Porteiros e Vigias, Instrutor de Informática, Monitor de Informática PEI, Monitor de Oficina PEI, Monitor de Apoio à Gestão Escolar, Monitor da Escola Integrada, ao realizarem Concurso Público para as suas funções na Educação, tenham a sua experiência na Rede de educação, a sua aptidão para o cargo, computadas como pontuação;

126. Que nenhum trabalhador seja demitido de suas funções ao não serem aprovados em concurso, que continuem a atuar durante a transição;

127. Promover a participação social na gestão escolar, envolvendo os trabalhadores da educação que hoje se encontram terceirizados, no acompanhamento e na avaliação do projeto pedagógico da escola;

128. Combater a precarização do trabalho terceirizado, exigindo da PBH, os mesmos direitos e benefícios dos trabalhadores já efetivos, assim como condições dignas de trabalho e melhores salários, até a abertura dos Concursos Públicos para todas as funções;

129. Fiscalizar e controlar as empresas prestadoras de serviços terceirizados na educação, exigindo o cumprimento dos contratos firmados entre as empresas privadas e o poder público, bem como o respeito às normas legais e aos padrões de qualidade, enquanto a terceirização permanecer. Exigindo a prestação de contas e podendo ter contrato suspenso em caso de não cumprimento de qualidade, trabalhista e de contas.

POLÍTICA ESPECÍFICA PARA SECRETARIA E BIBLIOTECA

130. Combater a política de precarização das carreiras de AAEs e bibliotecárias, lutando pela legitimação da importância desses agentes na Educação;

131. Lutar pela revisão dos Planos de Carreira de AAEs e bibliotecárias, buscando a valorização e manutenção dos servidores nos cargos;

132. Exigir a imediata abertura de concurso para estes profissionais com vagas suficientes para que preencham as lacunas deixadas pelo baixo quantitativo de AAEs, e convocação de bibliotecários já aprovados em concurso público recente;

133. Reforçar a cobrança da reabertura de escolha de carga horária para os AAEs (30h para 40h e de 40 para 30h);

134. Intensificar a luta pela garantia que os AAEs e bibliotecárias possam vender ou gozar as férias prêmio, com garantia de profissionais para substituí-los nas escolas;

135. Exigir a garantia da presença das bibliotecárias em cada escola em diálogo com a categoria e com condições dignas de trabalho.

APOSENTADAS/OS

136. Lutar pelo pagamento integral do Piso do Magistério no nível inicial da carreira, reforçando que o direito repercute no segmento de aposentadas/os;

137. Exigir que a recomposição salarial se dê conforme previsto na Lei do Piso, em janeiro de cada ano, no nível inicial da carreira, com efeito em todos os níveis subsequentes, para pessoal em exercício e aposentadas/os;

138. Exigir o respeito à regra constitucional da paridade que garante ao servidor inativo toda e qualquer vantagem dada ao pessoal em exercício quando da reestruturação da carreira, considerados os critérios de títulos e de tempo de serviço avaliados até o ato de aposentadoria;

139. Realizar estudo para obter os índices da defasagem salarial entre pessoal em exercício e aposentados a partir da promulgação da Lei 11.381/22. Monitorar esses índices e usá-los para reivindicar recomposição das perdas sofridas por aposentadas/os a cada campanha salarial;

140. Lutar pela revogação do Artigo 149, parágrafo 1º- A da Constituição, com a redação dada pela Emenda Constitucional 103/19, que possibilita o confisco de aposentadorias;

141. Discutir as mudanças necessárias no estatuto do Sind-REDE/BH a fim de formalizar a participação de aposentadas/os na dinâmica sindical;

142. O sindicato deverá mobilizar o segmento de aposentadas/os, convocá-lo amplamente para participar de fóruns de discussão e decisão e favorecer o diálogo permanente com as profissionais em exercício;

143. Defender os direitos conquistados e não aceitar ataques contra a carreira, continuando a luta jurídica e política contra o tratamento diferenciado entre pessoal em exercício e aposentados com direito à paridade;

144. Manter diálogo permanente com (e, eventualmente, associar-se a) entidades representativas da Educação, em geral, e das/os aposentadas/os, em particular;

145. Manter a organização e a mobilização do setor aposentado junto ao Sind-REDE/BH;

146. Formular Política Cultural voltada para os/as servidores/as aposentados/as, em diálogo com a Fundação Municipal de Cultura, facilitando o acesso desse setor aos diversos equipamentos públicos e aos bens culturais da cidade;

147. A PBH deverá melhorar o atendimento a aposentadas/os prestados pelo setor de Recursos Humanos tanto no formato presencial quanto *online*, promovendo, nesse último caso, política de inclusão digital;

148. Adotar o 24 de janeiro, Dia do Aposentado e da Aposentada, como um dia de manifestação e defesa dos direitos do segmento com atos e atividades por nenhum direito a menos de todas/os aposentadas/os do Brasil;

149. Incorporar à luta do segmento por direitos e benefícios dignos, bandeiras nacionais e internacionais em defesa da democracia, dos direitos humanos, do princípio da autodeterminação dos povos, de enfrentamento da crise climática, de combate às desigualdades sociais e às opressões, como racismo, machismo, capacitismo, idadeísmo e LGBTfobia, por um mundo justo, solidário e inclusivo.

CONJUNTURA EDUCACIONAL

150. Que o Sind-REDE/BH seja parte do impulsionamento de uma luta coletiva pela reorganização e ampliação do financiamento da educação pública, pela universalização do atendimento público estatal, gratuito, laico, autônomo, democrático, inclusivo e de qualidade;

151. Lutar pela revogação total do Novo Ensino Médio;

152. Lutar pela revogação da atual BNCC;

153. Lutar por uma educação para além da lógica capitalista; educação não é mercadoria.

FINANCIAMENTO

154. Lutar e impulsionar uma luta coletiva para que haja o investimento de pelo menos 10% do PIB já para Escolas públicas estatais;

155. Denunciar e lutar contra as transferências de recursos públicos/estatais, incluindo renúncias fiscais, para instituições privadas, estatização de todas as instituições privadas, sem fins lucrativos que utilizam verbas públicas, incluindo Creches conveniadas;

156. Lutar pela ampliação dos recursos da educação, ampliando os percentuais de aplicação das receitas vinculadas à educação para 25% na federação e 30% para estados, municípios e distrito federal;

157. Lutar para que em Belo Horizonte haja o aumento do mínimo constitucional para a educação para 30%, garantindo que os 5% destinados à inclusão, previstos na Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte (LOM), sejam investidos na melhoria do atendimento na educação inclusiva;

158. Lutar contra a ampliação da municipalização da educação;

159. Lutar para garantir o financiamento que atenda às demandas de uma escola de qualidade, com infraestrutura e materialidade adequada, com a implantação das TDIC (Tecnologias da Informação e Comunicação) na escola, com formação para os professores e pessoal devidamente formado para o atendimento;

160. Lutar pela reformulação dos órgãos de controle e por estabelecimento de punição para o gestor público que não utilizar corretamente as verbas da educação;

161. Lutar pela reestruturação do conselho do FUNDEB e da forma de sua prestação de contas aos conselheiros.

PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

162. Que o Sind-REDE/BH será parte efetiva da luta pelo fim das Parcerias Público-Privadas (PPP's), concessões públicas na Educação e outras formas de transferência de recursos públicos para instituições privadas de educação;

163. Ser contra o processo de privatização das escolas públicas estatais, a exemplo do que tem acontecido no Estado de Minas Gerais por meio da realização de parcerias público-privadas que coloca como gestores empresas e em Belo Horizonte com a ampliação dos convênios com as Redes parceiras ao invés de investimento na rede própria de Educação Infantil;

164. Participar da luta pela saída dos setores privados do comando do MEC;

165. Nos somarmos à luta do sindicato das instituições privadas de ensino (SINPRO) contra a criação de uma agência reguladora de controle das instituições privadas, para que o controle se dê pelas instâncias do próprio Estado.

VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO

166. Lutar para que haja garantia do pagamento do piso magistério, na sua integralidade, no nível inicial da carreira, conforme a carga horária de trabalho da rede municipal, respeitando a carreira existente de pessoal em exercício e aposentados;

167. Seguir na luta pela garantia de pelo menos 1/3 da jornada do professor, desconsiderando o recreio, que representaria 7 horas de planejamento, sem substituição;

168. Aprofundar a denúncia e o combate à crescente desprofissionalização da educação em especial na prefeitura de Belo Horizonte promovida pelos governos Kalil/Fuad;

169. Abrir o debate e impulsionar a luta, dentro dos necessários cuidados táticos para que não haja retrocessos para que a lei do piso seja realizada dentro dos novos desafios colocados com: definição da jornada de 22h30 para o valor do piso, definição de piso salarial para demais trabalhadores em educação não docentes, definição do piso salarial para trabalhadores com ensino superior;

170. Lutar para que todas as recomposições, atualizações dos vencimentos dos docentes na ativa sejam também devidas aos aposentados e pensionistas, e estendidas aos demais trabalhadores em educação concursados e terceirizados, não usando alterações de níveis da carreira para recomposição salarial;

171. Impulsionar a luta pela equiparação salarial entre os bibliotecários que atuam na educação;

172. Lutar para que se estabeleça uma política salarial digna para o conjunto dos trabalhadores em educação através da recuperação das perdas históricas da categoria; de forma que os professores possam trabalhar em apenas uma jornada diária; e que haja a redução da jornada de trabalho dos não docentes, sem redução de salários.

CARREIRA

173. Ter como centro da nossa luta neste tema a proteção da carreira existente e dos proventos de aposentados e pensionistas cumprindo os termos do direito a paridade;

174. Lutar para que haja uma recomposição dos salários da ativa, dos aposentados e pensionistas, que contemple as diferenças geradas pelos reenquadramentos na carreira, tanto da Educação Infantil quanto o do Ensino Fundamental;

175. Pela reformulação da carreira dos Assistentes Administrativos Educacionais, dos Bibliotecários Escolares e Pedagogos, de acordo com reivindicações elaboradas em fóruns próprios e aprovadas em assembleia geral da categoria;

176. Que haja construção de uma proposta de carreira para os trabalhadores terceirizados (atual MGS e Caixas Escolares) que contemple tempo de serviço e escolaridade e formação dentro da especificidade da função de cada um, sem prejuízo à luta pela primarização dos trabalhadores;

177. Lutar para que haja a efetivação da equiparação da carreira da Educação Infantil;

178. Que a diretoria do Sind-REDE/BH promova até o próximo congresso estudos e seminários sobre as carreiras da educação, com o primeiro seminário a ser realizado no primeiro semestre de 2024.

GESTÃO DEMOCRÁTICA/CONDIÇÕES DE TRABALHO

179. Implementar uma luta pelo fim dos modelos gerenciais de organização escolar e dos mecanismos de controle, contra a meritocracia e as avaliações externas;

180. Manter a luta pela garantia do tempo coletivo para reunião pedagógica, de 8 horas mensais; dentro da jornada de trabalho, com possibilidade de participação de todos os trabalhadores em educação;

181. Manter a luta pela redução do número de estudantes em sala de aula e ampliação do quadro de profissionais para as escolas;

182. Propor a realização de uma conferência de educação no município de Belo Horizonte, ampla, democrática e deliberativa organizada pela representação dos trabalhadores e por representantes da comunidade escolar e com garantia logística e estrutural da secretaria municipal de educação;

183. Abrir um processo de debate nas escolas sobre mecanismos de fortalecimento do colegiado escolar e assembleias escolares;
184. Exigir da secretaria de educação que colegiados e assembleias escolares sejam espaços autônomos de decisão;
185. Lutar e estabelecer debate com a categoria e comunidade para construção de uma nova concepção de escola que possa se contrapor ao avanço do capital sobre o saber que produzimos. Por uma escola sem mordada, que seja inclusiva e democrática;
186. Ampliar os debates para geração de estratégia contra o assédio moral, com a construção de um protocolo a ser seguido;
187. Exigir a descentralização das compras por parte da SMED e denunciar o mau uso das verbas com a compra de equipamentos, materiais e obras sem planejamento dentro das escolas;
188. Exigir a participação de representantes da comunidade escolar nos processos decisórios de aquisição de bens e serviços, respeitando a autonomia das escolas públicas municipais, sobremaneira na solicitação de demandas à SMED;
189. Para enfrentar esse projeto conservador precisamos retomar o debate sobre a organização no local de trabalho (OLT) e atualizar o acúmulo coletivo vivenciado ao longo da existência da Rede Municipal de Educação acerca de um projeto pedagógico comprometido com a classe trabalhadora;
190. Construir, por meio de assembleias, colegiados e associações de alunos e outros, uma relação permanente com estudantes e a comunidade escolar;
191. Elaborar um PROTOCOLO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA ESCOLAR com participação da comunidade escolar, trabalhadores/as e órgãos institucionais envolvidos na temática;
192. Propomos que o Sind-REDE/BH articule em conjunto com as universidades e entidades da educação e CDCA um Seminário de Educação Antifascista para a construção e troca de práticas e de protocolos que valorizem a pluralidade nas escolas e deem segurança aos profissionais tratando com seriedade casos de fascismo, preconceito e ameaças;
193. Retomar o debate sobre a concepção de gestão democrática construída a partir do Movimento de Renovação Pedagógica nos anos de 1980;
194. Garantir o caráter de participação/deliberação coletiva das instâncias democráticas da escola;
195. Garantir o caráter de participação efetiva e deliberativa da sociedade no Conselho Municipal de Educação;

196. Aprimorar nossa participação no Conselho de Fiscalização do FUNDEB e no Conselho de Alimentação Escolar (CAE);
197. Realizar cursos de formação para direções e vice direções de escola/EMEI sobre gestão democrática, modelos de gestão pública, legislação trabalhista, estatuto do servidor e finanças públicas;
198. Realizar cursos de formação para coordenações pedagógicas sobre concepções educacionais e gestão democrática;
199. Realizar cursos de formação para docentes e funcionários sobre estatuto do servidor, CLT, gestão democrática, concepções pedagógicas, financiamento da educação, história de lutas da rede municipal;
200. Construir as bases para o enfrentamento a todas medidas de ataque a liberdade de cátedra e aos projetos de *homeschooling*;
201. Substituição do IDEB por um novo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica construído mediante a interlocução com a sociedade; a aprovação do Sistema Nacional de Educação com a consolidação do Custo Aluno Qualidade (CAQi e CAQ);
202. Ser parte da luta contra o Projeto Mãos Dadas, que visa municipalizar escolas estaduais de ensino básico, como forma de desresponsabilização do governo estadual dessa modalidade de ensino;
203. No próximo período, nosso grande desafio será o de vincular a luta nacional pela Aplicação do Piso à defesa da nossa carreira, principal patrimônio dos trabalhadores em educação de Belo Horizonte. Tal desafio deverá envolver todos os segmentos da nossa Rede: Professores da Educação Infantil e Fundamental, Aposentados e Pensionistas, Assistentes Administrativos Educacionais, Bibliotecários, Trabalhadores da Escola Integrada e Terceirizados da MGS;
204. Destaca-se que dos diversos debates político-pedagógicos a serem abordados no próximo período, dois merecem especial destaque e atenção: a efetivação da Escola de Tempo Integral e os desafios da implementação de uma educação antirracista;
205. Realizar Seminários, envolvendo a comunidade acadêmica e outras entidades de divulgação científica, em especial sobre Escola de Tempo Integral e os desafios da implementação de uma educação antirracista no próximo ano como medidas de ampliarmos nossa incidência sobre estes importantes desafios;
206. Pela Unificação da Carreira Docente;
207. Realizar a filiação do Sind-REDE/BH a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE);
208. Ser parte da luta para que estudantes em situação de vulnerabilidade recebam bolsa para que se mantenham na escola;

209. Lutar para que o passe livre atenda todos os estudantes de baixa renda independentemente da idade.

IGUALDADE, DIVERSIDADE E REPARAÇÕES

NEGROS E NEGRAS

210. Lutar pela garantia das cotas raciais baseada na proporcionalidade de pretos e pardos da população de Belo Horizonte, em qualquer concurso na área de educação, além de políticas de reparações e políticas afirmativas;

211. Incentivar e realizar atividades de campanha sobre a efetivação da lei 10.639 que garante a obrigatoriedade do estudo da cultura afro-brasileira e da lei 11.645 que inclui no currículo a obrigatoriedade do estudo da história e cultura dos povos indígenas;

212. Ser parte nas lutas em defesa da titulação das terras quilombolas;

213. Ser parte nas lutas contra todo tipo de violência contra o povo negro pobre das periferias e dos quilombos, em especial aquelas cometidas pelo Estado, por meio de seu braço armado: as polícias;

214. Construir unidade, ser parte nas lutas e apoiar as lutas contra a criminalização da juventude negra, moradora das periferias das grandes cidades, os movimentos de luta por moradia, os movimentos de luta por reparação e contra o racismo;

215. Realizar seminário sobre a Educação Antirracista e a implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08 no segundo semestre de 2024;

216. Atuar contra a guerra social à negros e negras;

MULHERES

217. Apoiar a luta internacional das mulheres como parte da luta da classe trabalhadora;

218. Atuar contra a guerra social às mulheres;

219. Por emprego, salário e moradia digna para as mulheres trabalhadoras;

220. Seguir com as campanhas de combate à violência machista e pelos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres;

221. Incluir pautas de reivindicações específicas de mulheres na negociação coletiva;

222. Seguir realizando cursos, palestras e atividades sobre o tema, com o objetivo de promover um processo educativo ao conjunto da categoria;

223. Seguir realizando cursos, palestras e atividades sobre o tema de combate ao machismo, com o objetivo de promover um processo educativo ao conjunto da categoria;

224. Criar Secretaria de igualdade, diversidade e reparações, impulsionada pela diretoria do sindicato;

225. Ser parte do movimento de luta e seguir com campanhas, de forma intransigente, por uma educação sexual baseada em princípios científicos a partir do conhecimento e da discussão de uma diversidade de aspectos, em especial sobre o corpo e a saúde da mulher;

226. Contra o assédio moral contra mulheres, negros e LGBTQIAPN+ e o assédio sexual, em especial sofrido pelas mulheres;

227. Incluir pautas e datas históricas das lutas das mulheres trabalhadoras no calendário de atividades da entidade;

228. Manter as cotas para mulheres respeitando o mínimo percentual e incorporando as diferentes representações (mulheres negras, LGBTQIAPN+, indígenas) como instrumento de promoção das mulheres, de formação de dirigentes sindicais, como esforço para refletir as políticas das mulheres e para criar identificação das trabalhadoras com sua base;

229. Estimular e incentivar a participação das mulheres como representantes sindicais e na realização de Encontros de Mulheres para deliberar sobre as pautas a serem incorporadas nas lutas cotidianas;

230. Seguir na luta contra a Reforma da Previdência na cidade, lutar pela Revogação da Reforma da Previdência de Bolsonaro e avançar na discussão sobre a diminuição da idade para mulheres considerando a dupla e/ou tripla jornada das mulheres trabalhadoras.

IMIGRANTES

231. Combater a xenofobia e exigir políticas estatais efetivas de inclusão social dos imigrantes e refugiados, garantindo a estes os direitos humanos e políticas públicas com financiamento específico;

232. Incorporação e incentivo a ações de solidariedade aos imigrantes e refugiados;

233. Atuar contra a guerra social aos imigrantes e povos de todo o mundo;

LGBTQIAPN+

234. Ser parte na luta por uma educação pública que fomente as discussões sobre gênero e sexualidade com o objetivo do desenvolvimento da autonomia e da livre expressão de afetos;

235. Atuar contra a guerra social às LGBTQIAPN+;

236. Ser parte na luta de combate à projetos de cunho conservadores, que tem seu mais conhecido exemplo no patético e inconstitucional Escola sem Partido, que buscam atuar e limitar sobre a liberdade de orientação sexual; a forma como a pessoa se reconhece e identifica assim como;

237. Seguir com as campanhas de combate ao preconceito e à discriminação da comunidade LGBTQIAPN+;

238. Combater a LGBTfobia dentro do movimento sindical, assim como, orientar as trabalhadoras e trabalhadores a serem parte desse combate, na unidade e luta por uma sociedade sem opressão e exploração;

239. Pela criminalização da LGBTfobia! Com a devida responsabilização e reparação para os crimes de LGBTfobia e patologização, como as “curas gays”.

INDÍGENAS E POVOS ORIGINÁRIOS

240. Pela efetivação da Lei 11.645/08;

241. Ser parte nas lutas em defesa da titulação das terras indígenas;

242. Exigir a garantia de cotas indígenas em concursos públicos da área da educação;

243. Lutar pela efetivação de financiamento na educação, específica para indígenas e quilombolas, de acordo com as suas necessidades reais.

244. Moção ao XIV Congresso da Rede – 18/11/2023

Moção de apoio aos países africanos em conflito e aos ameaçados de ataques dos países imperialistas em seu processo contínuo de colonização.

É urgente combater a invisibilidade da situação dos países africanos atacados e explorados pela União Europeia e EUA.

Uma das facetas do racismo é o silêncio, que negligencia e ignora a realidade política e econômica de países africanos.

Nós, Trabalhadores Em Educação, reunidos no XIV Congresso da Rede, destacamos a importância de nos posicionarmos em defesa da soberania e liberdade dos países explorados pelos países da União Europeia e EUA.